



**BELEM TEM QU
NO NÚMERO DE R**

**VIDA DE
CIRCO**

**DE CORPO
E ALMA**

CLIPPING



02 e 03 de
JULHO
2022

REPÓRTER

70

EMPOUCASLINHAS

● O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) convocou, ontem, mais 32 aprovados no seu último concurso público para o cargo de juiz substituto.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM PORTUGAL

Tenente e empresário paraenses são presos

CRIME - Suspeita é de participação em esquema de tráfico internacional de drogas



Carga com a droga teria sido exportada do Pará a partir do porto de Vila do Conde, em Barcarena

ANA LAURA CARVALHO
DA REDAÇÃO

Dois paraenses foram presos pela Polícia Judiciária de Portugal, esta semana, no âmbito da operação "Norte Tropical", sob suspeita de participar de um forte esquema de tráfico internacional de drogas. Um dos presos é o tenente Aderaldo Pereira de Freitas Neto, da Polícia Militar do Pará (PMPA). Além dele, o jovem empresário Marco Antônio Faria Junior, que possui negócios no município de Barcarena, também foi detido em Lisboa, capital portuguesa.

A polícia não divulgou a data exata das prisões. Uma matéria publicada na última terça-feira (28) no site da instituição, diz

individuais" de cocaína e confirmou que o entorpecente entrou no país dentro de um carregamento de açaí congelado, que tinha chegado em um contentor marítimo vindo de "um país da América Latina".

Ainda segundo a Polícia Judiciária de Portugal, sobre os dois homens presos "recaem fortes suspeitas de integrarem uma organização criminosa que se dedica à introdução de grandes quantidades de cocaína no continente europeu". A polícia portuguesa informou que prossegue com as investigações e com as buscas a mais pessoas envolvidas no esquema.

Aderaldo Pereira e Marco Antônio são suspeitos de integrar um esquema comandado por Ruben Oliveira, co-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A polícia portuguesa informou que prossegue com as investigações e com as buscas a mais pessoas envolvidas no esquema

que os presos foram apresentados às autoridades judiciárias e interrogados. Posteriormente, foram submetidos aos demais procedimentos cabíveis à prisão preventiva.

De acordo com uma pessoa próxima do círculo de amizade de Marco Antônio, ele teria dito que viajaria para a Europa a passeio e aproveitaria para receber, em Lisboa, uma carga de açaí, que foi exportada do Pará, a partir do porto de Vila do Conde. Escondida na carga estava também a cocaína que seria traficada para diversos países.

A polícia portuguesa confirmou a prisão dos brasileiros pela droga apreendida, mas não forneceu maiores detalhes sobre as circunstâncias das prisões. A Polícia Judiciária de Portugal revelou ainda, em seu site, que a carga "seria suficiente para a composição de pelo menos 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) doses

considerado o maior traficante português; e Sérgio Carvalho, "Major Carvalho", chamado de "Escobar brasileiro". Ambos também já foram presos.

JUSTIÇA MILITAR

O promotor de Justiça Militar Armando Brasil informou, na tarde de ontem, que, se comprovadas todas as acusações contra o tenente Aderaldo Pereira de Freitas Neto, da Polícia Militar do Pará (PMPA), ele poderá ser expulso da corporação.

Brasil também adiantou que vai solicitar informações à Corregedoria-Geral da Polícia Militar sobre o fato. "E caso confirmado, vou requisitar abertura de Conselho de Justificação (processo administrativo disciplinar) junto à Corregedoria da PM", informou o promotor. "Se ficar comprovado, com certeza, ele será expulso da PM", completou Armando Brasil.

A reportagem da Redação Integrada de O LIBERAL entrou em contato com a Polícia Militar do Pará, através da assessoria de comunicação da instituição, para apurar se o órgão está acompanhando o caso e quais providências estão sendo tomadas. Até o fechamento da edição, porém, não houve respostas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****CONCURSO**

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) convocou nesta sexta-feira, 1, por meio do Diário da Justiça, mais 32 aprovados no último Concurso Público para provimento de vagas ao cargo de Juiz substituto e Juíza substituta. Os convocados deverão enviar a documentação exigida digitalizada, de forma legível, em formato PDF, para o endereço eletrônico cadastro.magistrados@tjpa.jus.br. A listagem dos documentos e os nomes dos convocados estão publicados no Diário de Justiça desta sexta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Paraenses são presos em Portugal

Os dois, identificados como um empresário de Barcarena e um oficial da Polícia Militar, são acusados de participar de um esquema internacional de tráfico de drogas, utilizando cargas de açaí para escondê-las

PRISÃO

DOL

Dois paraenses foram presos pela Polícia Judiciária de Portugal no âmbito da Operação "Norte Tropical", acusados de participar de esquema de tráfico internacional de drogas. De acordo com as autoridades, grandes porções de cocaína estariam escondidas em cargas de açaí e teriam saído do Porto de Vila do Conde, em Barcarena, com destino às terras lusitanas.

Segundo as investigações, a dupla faz parte de um esquema criminoso comandado por Ruben Oliveira, o maior traficante português, conhecido como "Xuxas", e por Sérgio Carvalho, o "Major Carvalho", também chamado de "Escobar brasileiro". Ambos foram presos na operação.



Marco Antonio seria empresário com atuação em Barcarena
FOTO: DIVULGAÇÃO

A Polícia Judiciária portuguesa confirmou a prisão, mas não forneceu os nomes dos acusados. Porém, segundo informações das autoridades portuguesas, um dos acusados seria um jo-

vem empresário de Barcarena e o outro seria agente de segurança pública, lotado em Belém. Ele foi identificado como Aderaldo Pereira de Freitas Neto, que é tenente da Polícia Mili-



Aderaldo Pereira seria o tenente da PM detido durante operação
FOTO: DIVULGAÇÃO

tar do Pará. O empresário foi identificado como sendo Marco Antonio Faria Junior. Em um comunicado à imprensa, a Polícia Judiciária de Portugal informou que "através da Uni-

dade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, desencadeou, nos últimos dias, uma operação na qual foi possível localizar e apreender uma grande quantidade de cocaína".

QUANTIDADE

A polícia portuguesa informou ainda que a droga "seria suficiente para a composição de pelo menos 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) doses individuais". A droga estava em um "carregamento de açaí congelado, que havia chegado recentemente a Portugal num um contentor marítimo, proveniente de um país da América Latina", informa a nota.

Ainda segundo as autoridades, há fortes suspeitas de que os dois paraenses presos sejam integrantes de uma organização criminosa que se dedica à introdução de grandes quantidades de cocaína no continente europeu.

Sobre a prisão do homem apontado como sendo tenente da Polícia Militar, o DOL solicitou nota à PM do Pará mas, até o final desta edição, a mesma não havia sido enviada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Paraenses são presos em Portugal

Os dois, identificados como um empresário de Barcarena e um oficial da Polícia Militar, são acusados de participar de um esquema internacional de tráfico de drogas, utilizando cargas de açaí para escondê-las

PRISÃO

DOL

Dois paraenses foram presos pela Polícia Judiciária de Portugal no âmbito da Operação "Norte Tropical", acusados de participar de esquema de tráfico internacional de drogas. De acordo com as autoridades, grandes porções de cocaína estariam escondidas em cargas de açaí e teriam saído do Porto de Vila do Conde, em Barcarena, com destino às terras lusitanas.

Segundo as investigações, a dupla faz parte de um esquema criminoso comandado por Ruben Oliveira, o maior traficante português, conhecido como "Xuxas", e por Sérgio Carvalho, o "Major Carvalho", também chamado de "Escobar brasileiro". Ambos foram presos na operação.



Marco Antonio seria empresário com atuação em Barcarena
FOTO: DIVULGAÇÃO



Aderaldo Pereira seria o tenente da PM detido durante operação
FOTO: DIVULGAÇÃO

A Polícia Judiciária portuguesa confirmou a prisão, mas não forneceu os nomes dos acusados. Porém, segundo informações das autoridades portuguesas, um dos acusados seria um jo-

vem empresário de Barcarena e o outro seria agente de segurança pública, lotado em Belém. Ele foi identificado como Aderaldo Pereira de Freitas Neto, que é tenente da Polícia Mil-

itar do Pará. O empresário foi identificado como sendo Marco Antonio Faria Junior. Em um comunicado à imprensa, a Polícia Judiciária de Portugal informou que "através da Uni-

dade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, desencadeou, nos últimos dias, uma operação na qual foi possível localizar e apreender uma grande quantidade de cocaína".

QUANTIDADE

A polícia portuguesa informou ainda que a droga "seria suficiente para a composição de pelo menos 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) doses individuais". A droga estava em um "carregamento de açaí congelado, que havia chegado recentemente a Portugal num um contentor marítimo, proveniente de um país da América Latina", informa a nota.

Ainda segundo as autoridades, há fortes suspeitas de que os dois paraenses presos sejam integrantes de uma organização criminosa que se dedica à introdução de grandes quantidades de cocaína no continente europeu.

Sobre a prisão do homem apontado como sendo tenente da Polícia Militar, o DOL solicitou nota à PM do Pará mas, até o final desta edição, a mesma não havia sido enviada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CRIMINOSO TENTA CORRER, MAS É CAPTURADO CARREGADO DE MACONHA

Policiais militares em rondas prenderam Luciano Chaves da Silva, em Castanhal, região nordeste do Pará



TRÁFICO DE DROGAS

Tiago Silva
DE CASTANHAL

Um suspeito foi preso após ser flagrado com diversas porções de maconha em

uma área conhecida como "invasão do Irã", localizada no bairro Jaderlândia, periferia da cidade de Castanhal, região do nordeste paraense.

No início da manhã da última quinta-feira (30), por volta das 8h30, policiais militares do grupamento Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicle-

tas (Rocam) estavam realizando patrulhamento pelo bairro Jaderlândia, quando, na "invasão do Irã", mais precisamente na rua Manoel Maia, avistaram um suspeito em via pública.

Ao perceber a presença da equipe policial, o suspeito imediatamente começou a correr para tentar escapar. Ele

atrevessou quintais e cercas de residências, mas logo foi detido e identificado como Luciano Chaves da Silva, 36.

FLAGRANTE

Durante revista pessoal, Luciano Chaves da Silva foi flagrado com 427 porções de maconha, além do valor de R\$

250 em espécie. O criminoso acabou preso e apresentado na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal, onde foi autuado em flagrante delito pelo crime de tráfico de droga. Após passar por exame de corpo de delito, ele será encaminhado a um presídio e ficará à disposição do poder judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



OPERAÇÃO COLOCA TRÊS ATRÁS DAS GRADES FISCALIZAÇÃO NO SAL

Policiais militares prenderam dois homens com drogas e um foragido, em Salinópolis, nordeste do Pará

BLITZ E RONDAS

JR Avelar

A fim de garantir segurança ao veranista que optar por Salinópolis, nordeste do Pará, neste mês de julho, o major Alberto, que comanda a 1ª Companhia Independente da Polícia Militar, determinou às guarnições do Grupamento Tático Operacional uma atenção redobrada para coibir crimes como tráfico de drogas, roubos e foragidos da Justiça em todo o município. Foram designadas as viaturas 5002, 5003 e 5007, do Grupamento Tático Operacional, para um policiamento extraordinário

que teve como foco locais com índices que aparecem na mancha criminal da cidade. As barcas do GTO organizaram uma barreira na entrada da vila de Cuiarana, com o intuito de inibir a entrada de drogas, armas e criminosos evadidos do Sistema Penal.

Após algumas abordagens, foi identificado na barreira Paulo Roberto Gomes do Rosário, que após ser abordado e verificada sua qualificação, os policiais perceberam que ele se encontrava na condição de foragido. Ele acabou conduzido para a delegacia.

TRÁFICO DE DROGAS

Na saída da vila de Cuiarana, as guarnições se deslocaram em saturação pelo bairro Porto Grande, onde acaba-

ram abordando dois suspeitos conhecidos apenas por apelidos entre os populares que moram naquela região e nas redondezas.

Na revista pessoal os militares encontraram com a dupla nove papelotes de pedra de óxi. Mesmo diante da informação que seriam consumidores, pelo histórico da dupla eles acabaram conduzidos para procedimentos na delegacia de Salinópolis.

O major Alberto informou que as operações policiais seguirão diuturnamente, uma vez que neste final de semana começa o veraneio das férias escolares e Salinópolis, como sempre, é um dos locais mais procurados pelos veranistas, que vão encontrar tranquilidade para os 30 dias de lazer.



Os dois traficantes foram detidos durante abordagem no bairro Porto Grande
FOTOS DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**SÁBADO****Diário do Pará**

**TRAFICANTE É PRESO COM MAIS
DE 400 PEDRAS DE MACONHA.**
PÁGINA 6

POLÍCIA**CRIME PRATICADO EM MARAPANIM****PRESO ACUSADO
DE HOMICÍDIO****ESCONDIDO**

Tiago Silva
DE CASTANHAL

Um homem acusado de ter praticado um crime de homicídio no município de Marapanim foi preso pela Polícia Militar na cidade de Castanhal, região nordeste paraense. A prisão ocorreu na tarde de quarta-feira (29), por volta das 15h30.

Policiais militares do grupamento Rondas Ostensivas com apoio de Motocicletas (Rocam) estavam realizando patrulhamento pelo Centro Comercial de Castanhal quando, na rua Paes de Carvalho, área da Feira da Ceasa, avistaram um suspeito que depois foi identificado como Ítalo Tiago Rabelo Figueiredo, também conhecido como "Carvalho", de 28 anos.

Durante consulta no sistema, os policiais militares descobriram que contra Ítalo existia em aberto um mandado de prisão preventiva expedido pelo Poder Judiciário de Marapanim.

Segundo a Polícia Militar, Ítalo Tiago Rabelo Figueiredo, o "Carvalho", teria praticado um homicídio em Marapanim e estaria escondido em Castanhal. Após ser ouvido pelo delegado de plantão, o acusado foi encaminhado para um presídio da região metropolitana de Belém.



Policiais militares consultaram o sistema e verificaram que havia um mandado de prisão preventiva contra Ítalo Figueiredo. FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> TAXA JULGAMENTO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, adiou para a primeira sessão da Corte, após o recesso de julho, o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade movida pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) contra a cobrança por alguns Estados, entre eles o Pará, da taxa de fiscalização minerária. O julgamento começou na última quinta-feira, 30. Durante a sessão, os advogados da CNI e os procuradores-gerais dos Estados fizeram sustentações orais contra e a favor da cobrança da taxa. Na retomada do julgamento será ouvido o procurador-geral da República, Augusto Aras.

PERDAS

Além do Pará, os Estados do Amapá e de Minas Gerais podem ser fortemente impactados, caso a decisão do STF seja contrária à cobrança da taxa. Na sessão do STF, o procurador-geral do Pará, Ricardo Sefer, defendeu que “os impactos provenientes da atividade mineradora vão além das questões ambientais”, o que, segundo ele, justifica a cobrança para que os Estados tenham recursos para a fiscalização da mineração. “Os Estados precisam dispor também de outros equipamentos e serviços públicos para permitir que esta atividade, que gera muito fluxo populacional, razoável fluxo econômico e, necessariamente, impactos sociais, provenha saúde, educação, transporte”. A taxa rende aos cofres paraenses cerca de R\$ 500 milhões por ano.



HABEASDATA



Raul Luiz Ferraz Filho

MINUTA

- Na sessão do pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará do último dia 29, o desembargador Ronaldo Valle, parabenizou a presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, pelo Seminário de Direito Eleitoral “Os Desafios da Justiça Eleitoral para as Eleições de 2022”, que teve início na segunda-feira, 27.
- As unidades de Saúde dos Tribunais de Justiça da Região Norte se reuniram na última terça-feira, 28, via plataforma online, para elaboração de iniciativas em conjunto. A reunião virtual foi a primeira de uma série de encontros a serem realizados no mês de julho entre os gestores de unidades de saúde dos Tribunais da região. Participaram pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) o coordenador de Saúde Manoel de Christo Alves Neto e a servidora Clarice Valente.
- O Fórum Criminal de Belém volta a receber, nesta sexta-feira, 1º, a Feira do Agricultor Familiar do Tribunal de Justiça do Pará. O público interno do TJPA poderá comprar, de 7 às 11 horas, hortaliças, legumes e frutas cultivadas sem agrotóxicos e produtos industrializados de base extrativista, além de algumas novidades, no Auditório Wilson Marques, localizado no primeiro andar do prédio. As mercadorias são oferecidas por pequenos produtores, que mantêm parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater).
- Com a implantação da nova versão 2.2 do sistema de Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário do Estado do Pará, a Portaria número 2.189 de 2022 orienta os procedimentos processuais durante a suspensão de prazos processuais a partir das 14h do dia 30 de junho de 2022 até o dia 8 de julho de 2022. A suspensão dos prazos processuais ocorre sem prejuízo da realização das audiências e sessões de julgamento, em relação aos feitos que tramitam no Pje, em virtude da atualização da versão do sistema.
- O Poder Judiciário do Estado do Pará registra menos de 7% para alcançar a totalidade de seu acervo processual 100% digitalizado e virtualizado. O Digitômetro, que demonstra o acompanhamento da digitalização de processos físicos, apresenta 93,10% no Índice de Casos Eletrônicos (Icele).



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Lucas Sá e Luana Leal Viegas são especialistas em direito criminal

JUSTIÇA

Sá Souza Advogados celebra cinco anos protegendo o direito de defesa e a liberdade

DIREITO - Escritório que tem à frente os criminalistas Lucas Sá, Luana Leal Viegas e Chrisantina Sá Souza comemora meia década de história

O escritório de advocacia Sá Souza Advogados, que tem à frente os criminalistas Lucas Sá, Luana Leal Viegas e Chrisantina Sá Souza, celebra, hoje, cinco anos de atuação no país. Os advogados lembram que tudo começou em 2017, quando os trabalhos em defesa da liberdade e dignidade dos clientes se davam em um edifício localizado no bairro da Cremação, em Belém.

"Iniciei o escritório em 3 de julho de 2017. Este ano, completamos cinco anos de fundação. Fui advogado na mais tradicional banca de advocacia criminal do Pará, que é a do criminalista e meu padrinho de casamento Américo Leal. Só que sempre tive em mente que queria ter o meu negócio", relembra o advogado criminalista Lucas Sá.

Atualmente, o escritório funciona no Edifício Rogêlio Fernandez, no mesmo bairro, e possui uma filial em Brasília. Lucas Sá explica a importância de se fazer presente na capital do país. "A maioria dos nossos processos são de repercussão midiática nas áreas de tribunal do júri popular, ambiental e de lavagem de dinheiro. En-

tão, termina que são resolvidos perante os Tribunais Superiores e há necessidade de uma presença constante na Capital Federal", justifica.

Ao longo desta meia década, além do Pará, o Sá Souza Advogados defende causas nos estados do Amazonas, Amapá, Rondônia, Maranhão, Bahia, Piauí, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre tantos processos, alguns tiveram grande repercussão e protagonismo do escritório como, por exemplo, o caso que ficou conhecido como a "Chacina do Guamã", em Belém do Pará; "Chacina do Cujubim", em Rondônia; caso Mariana Costa, no Maranhão; entre outros.

Segundo a advogada criminalista Luana Leal, cada processo exige níveis de estudo e envolve diferentes emoções em busca da liberdade e/ou inocência de um acusado. "Cada processo é diferente um do outro. São emoções, uma adrenalina muito grande. E, dependendo do crime que a pessoa é acusada - homicídio, corrupção, sonegação fiscal - é diferente a estratégia adotada. Mas há



Escritório tem sede em Belém e uma filial em Brasília, defendendo causas em vários Estados do país

"É muito importante que o direito de defesa seja bem exercido, para que não haja uma supressão indevida de direitos"

algo comum ao longo dos processos, que é a nossa dedicação", declara.

Ela defende que a advocacia criminal é fundamental para garantir o direito de defesa de um investigado diante do Estado. "O Estado se arma para lhe acusar, porque

há o delegado para investigar; há o Ministério Público para acusar e o juiz para julgar, mas todos são Estado. Então, é importante você ter advogados criminalistas ou defensores públicos, porque o cidadão precisa se defender com seriedade", diz.

"O advogado é essa ponte entre o cidadão e a Justiça. Muitas vezes somente a defesa é capaz de perceber a peculiaridade do caso para lutar pela inocência de alguém em um caso criminal que toda a sociedade está contra. Por isso, é muito importante que o direito de defesa seja bem exercido, para que não haja uma supressão indevida de direitos", defende Chrisantina Sá Souza.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Julgamentos da sociedade também preocupam

Lucas Sá pontua a responsabilidade que é defender alguém de uma acusação, não somente diante do Tribunal do Júri, mas também dos julgamentos da sociedade. "Defender gente acusada em casos criminais é algo diferente. É uma grande responsabilidade, pois a maioria dos nossos clientes têm grandes empresas, nomes respeitáveis na sociedade e um processo criminal termina manchando o trabalho de toda uma vida. No escritório, nós temos muita atenção com o reflexo externo da nossa defesa. Não estamos preocupados apenas com o caso perante o juiz, mas também com o cliente na sociedade", frisa.

O criminalista explica como a equipe do escritório se dedica para cada causa.

"Não é todo caso criminal que aceitamos, pois, a cada dia que passa, as acusações são mais complexas e há necessidade de grande dedicação para cada defesa. Hoje, trabalhamos com peritos parceiros no Pará, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul para podermos fazer frente aos órgãos de acusação", explica.

ambientais, o escritório Sá Souza Advogados trabalha com contadores, engenheiros e advogados especialistas na área tributária e ambiental. "O nosso foco é 100% no nosso cliente", garante Lucas.

Ele destaca a importância da advocacia criminal para a vida de quem está em conflito com a lei. "A primeira questão é saber se é ele quem está em conflito com a lei ou se estão querendo colocar a lei contra ele na marra por motivos inconfessáveis. A minha bandeira é a do direito de defesa. Todos têm o direito à melhor defesa possível", assegura o advogado criminalista Lucas Sá.

O resultado apresentado pelo escritório Sá Souza Advogados é reflexo da prática de sempre tratar o cliente como único, agregando a excelência do trabalho realizado em equipe. Segundo Lucas Sá, procura-se o aprimoramento do quadro funcional de forma plena, com realização de reuniões técnicas sobre temas discutidos em cada caso, amplitude de discussões na equipe, o que gera o efetivo envolvimento do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Para Lucas Sá, nos casos de júri, é essencial que a defesa conheça “desde a vida inteira do nosso cliente até o local em que os fatos ocorreram”. Lucas exemplifica: “Mês passado, tivemos que ir em um cemitério, na Bahia, pois o fato ocorreu lá e tínhamos que conhecer o possível trajeto dos disparos da arma de fogo, se eles teriam atingido as sepulturas, se a versão que a acusação estava apresentando era factível ou um verdadeiro absurdo”. “Também tive um caso que envolvia preconceitos sobre a umbanda e a morte de uma criança após um misterioso banho com ervas naturais. Terminei tomando o mesmo banho que a criança e testei com um fósforo se realmente pegava fogo. Não pegou, estou aqui para contar a história e a família foi toda inocentada”, relembra, acrescentando que, nos casos de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e de crimes

quadro nos anseios perseguidos em cada causa. A vitória do escritório sempre é comemorada por todos, porque todos, capitaneados pelo sócio fundador Lucas Sá, se sentem responsáveis pelo resultado. Alinhado à sua responsabilidade social, o escritório Sá Souza tem como uma de suas missões a de formar profissionais através do oferecimento de estágio remunerado, com a possibilidade de ingresso, no futuro, no quadro funcional do escritório. “Investimos na formação de nossos estagiários de forma plena, tanto na área prática, escrita e comportamental. Aos nossos estagiários é disponibilizado instrumentos de formação acadêmica que conjugado ao acompanhamento supervisionado e direcionado, é diferencial na qualificação dos futuros profissionais de direito que o escritório disponibiliza ao mercado”, assegura Lucas Sá.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****COMBU**

O Ministério Público do Estado do Pará instaurou procedimentos administrativos para acompanhar o cumprimento de Boas Práticas higiênico-sanitárias dos alimentos comercializados em seis restaurantes da Ilha do Combu. Em um relatório expedido pela Vigilância Sanitária, no dia 5 de junho, foram identificadas péssimas condições de higiene; produtos impróprios para consumo humano; manipulação de alimentos inadequada; equipamentos sujos, área de manipulação de alimentos em condições precárias, dentre outras irregularidades.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

JOÃO PAULO LÉDO RECONDUZIDO PARA CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO-GERAL ATÉ 2024

A Defensoria Pública do Estado do Pará promoveu no dia 24 de junho a solenidade de recondução do defensor público-geral João Paulo Lédo ao cargo para o biênio 2022-2024, em solenidade no Theatro da Paz. Estiveram presentes para prestigiar o defensor geral reeleito,

autoridades como o governador Helder Barbalho e o prefeito de Belém Edmilson Rodrigues. É a primeira vez, em 39 anos de DPE-PA, que a reeleição ocorre por aclamação. Só em 2021, a Defensoria Pública do Pará realizou mais de 1,5 milhão de atendimentos.



Conferência debate principal atividade econômica do Estado

Considerada a principal atividade econômica do Estado, a mineração é a responsável pelo bom desempenho da balança comercial do Pará:



em 2021, as exportações de minérios no Pará ocuparam a primeira posição no Brasil, atingindo US\$ 27 bilhões (35% do total nacional). As exportações minerais do estado ano passado somaram 188 milhões de toneladas (48% do total do país). Para discutir o tema, a Comissão

de Assuntos Minerários da OAB-PA realizou na última quarta-feira, no auditório da Fiepa, a 1ª Conferência de Mineração & Bioeconomia do Estado do Pará. Na foto Caio Brilhante Gomes (OAB), José Maria Mendonça (Fiepa), Carlos Lédo (Sedeme) e Anderson Santos (Ibram).

Direito Empresarial: escritório e advogados reconhecidos como melhores do Norte



A Mendes Advocacia & Consultoria foi novamente reconhecida internacionalmente pela Chambers & Partners como um dos melhores escritórios com prática em Direito Empresarial no Norte do Brasil. A equipe do escritório foi descrita pela sua proatividade, agilidade e personalização dos serviços a partir do foco no cliente. O

sócio Administrador, Lucca Mendes, também foi reconhecido pelo segundo ano consecutivo como um dos melhores advogados da prática de Direito Empresarial no Norte. Outro destaque foi o advogado associado Gladson Américo, ranqueado na categoria "Associates to Watch", que reconhece os profissionais na vanguarda de sua geração.

SEJUDH promove palestra Direito Eleitoral e Democracia

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos promove amanhã, às 10h, palestra jurídica com o tema "Direito Eleitoral e Democracia: o que pode e o que não pode ser feito pelo servidor público durante o período das eleições". O palestrante

do evento será Tiago Brito, diretor Jurídico do órgão, especialista em Direito Eleitoral pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Na foto, Brito (De terno escuro) aparece ao lado do secretário de justiça Valber Milhomem.



Alepa aprova Política Estadual para população migrante

A Comissão de Relações Internacionais da OAB/PA participou da aprovação, dia 21, por unanimidade, do projeto de Lei nº 378/2019 que institui a política estadual para a população migrante e dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Pará. O projeto é uma iniciativa do Deputado Dirceu Ten Caten (PT). Desde 2016 a OAB/PA atende a imigrantes e refugiados que necessitam de apoio jurídico em processos de regularização migratória em parceria com outras instituições.



Prefeitura doa terreno para sede da OAB em São Geraldo do Araguaia

O presidente da OAB-PA, Eduardo Imbiriba, o prefeito de São Geraldo do Araguaia, o advogado Jefferson Oliveira e o presidente da subseção local, Bruno Vinícius Barbosa Medeiros, assinaram dia 28/06 o documento que oficializa a doação pela prefeitura municipal. Diretoria seccional

e a bancada paraense no Conselho Federal da OAB já se mobilizam para alocar recursos, para que a obra seja iniciada o mais breve possível. A subseccional localizada na região sudeste do Pará (27ª criada na OAB-PA) possui abrangência também em Piçarras (cerca de 44 profissionais)



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**DOMINGO**

**OPERAÇÃO EM ITUPIRANGA
ACABA COM DUAS PRISÕES.
PÁGINA 2**

Diário do Pará

POLÍCIA**TRÁFICO DE ENTORPECENTES****CÃO ACHA
DROGAS****BOM GAROTO!****JR Avelar**

O cão sempre foi amigo do homem e da polícia. No entanto, aqueles treinados acabam se tornando os maiores inimigos de traficantes de drogas, uma vez que o faro aguçado acaba entregando o "bagulho" em locais difíceis para os olhos policiais.

Há algum tempo, a Polícia Militar do Pará tem utilizado cães nas operações de combate ao tráfico de drogas, tanto que criou o Batalhão com Cães, que vem tendo um papel importante nas apreensões de entorpecentes em todo o Estado.

Em mais uma etapa da "Operação K-9", na área do 29º Batalhão, em Ananindeua, na Grande Belém, as viaturas 8307, sob o comando do major Alessandro, sargento Humberto, cabo S. Santos e cão Lupan, 8301, com o sargento Lustosa, cabo Virgolino e soldado Abreu, 8303, com os cabos Gester, Carvalho e R. Cardoso e soldado

Vasconcelos, e apoio da viatura 0621, do sargento Amorim e soldado Rogério, receberam informações para averiguar uma denúncia em Ananindeua.

ESCONDERIJO

A denúncia apontava que em uma vila de quitenete, na passagem São Geraldo, em Ananindeua, estava escondido um foragido da Justiça. O cerco foi fechado no local, que estava aberto, sendo encontrados um papete de maconha, sacos plásticos cortados para embalar entorpecentes, dois celulares e um tubo de linha.

Diante dos fatos, os responsáveis pela vila informaram que o suposto foragido passava o dia na passagem São Pedro com alameda São Vicente e apenas à noite passava pelo local. As guarnições em comboio se deslocaram para o endereço e logo perceberam um homem tentando pular o muro.

Ele foi detido diante do cerco policial e identificado como Thiago Amoedo de Oliveira, 22, que autorizou a entrada dos militares no local acreditando que nada seria encontrado.



O cachorro Lupan encontrou a carga escondida dentro de um cesto de roupas, em uma vila na cidade de Ananindeua
FOTOS: DIVULGAÇÃO

O que ele não contava era com o desembarque do inimigo público número um do tráfico, o cão Lupan, e não demorou para o animal indicar um cesto de roupas onde foram encontrados três tabletes de maconha prensada pesando 1,320 kg, nove papetes de cocaína pesando 222 g, duas balanças de precisão, sete munições de calibre 9 mm, além de sacos plásticos.

Configurada a materialidade criminosa, Thiago Amoedo de Oliveira foi preso e os materiais apreendidos foram apresentados na delegacia de Polícia Civil de Ananindeua para o procedimento de flagrante.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Alda Dantas
ALDA DANTAS

 @aldadantas



A desembargadora Nazaré Gouveia completa idade nova hoje. Os festejos serão ao lado da família

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Tenente da PM do PA é preso em Portugal suspeito de traficar cocaína escondida em açaí congelado

Material apreendido daria para produzir, pelo menos, 3,2 milhões de doses individuais de drogas.

Por Marcus Passos e Débora Soares, g1 Pará — Belém
02/07/2022 11h04 · Atualizado há um dia



Foto do PM preso em Portugal suspeito de traficar drogas. — Foto: Reprodução

A Polícia Judiciária de Portugal prendeu dois brasileiros suspeitos de tráfico internacional de drogas, sendo um deles um paraense. Segundo a investigação, o material ilegal estava sendo transportado dentro de um carregamento de açaí congelado.

Um dos presos é tenente da Polícia Militar do Pará. Ele e a outra pessoa envolvida são suspeitos de “integrar uma organização criminosa que se dedica à introdução de grandes quantidades de cocaína no continente europeu”, informou a Polícia Judiciária.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As prisões ocorreram na semana passada, no âmbito da “Operação Norte Tropical”. Os dois homens levavam uma quantidade de cocaína suficiente para a produção de pelo menos **3,2 milhões de doses individuais de drogas**.

A polícia de Portugal informou que os detidos foram submetidos a interrogatório judicial e estão presos de forma preventiva.

Em nota, a PM do Pará disse que “a Corregedoria Geral vai acompanhar as investigações dos órgãos competentes e que adotará as medidas necessárias que o caso requer”.

A corporação também disse que “não compactua com nenhum desvio de ética de quaisquer de seus integrantes”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Alunos autistas: MPPA firma termo de ajuste de conduta com escola particular de Santarém

O TAC firma compromissos que garantem a alunos com transtorno do espectro autista, acesso amplo a educação de qualidade, em igualdade com os demais alunos.

Por g1 Santarém e região — PA

01/07/2022 18h18 · Atualizado há 2 dias



Acordo firmado entre MPPA e o colégio estabelece prazos para cumprimento de diversas exigências — Foto: Getty Images via BBC

Foi firmado no dia 29 de junho, pela 11ª Promotoria de Justiça de [Santarém](#), oeste do Pará, o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Colégio Adventista, da rede particular de ensino. O objetivo é que sejam cumpridos os termos das legislações que garantem aos alunos com deficiência, diagnosticados com transtorno do espectro autista, acesso amplo a educação de qualidade, em igualdade com os demais alunos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O TAC estabelece compromissos que devem ser cumpridos de imediato, e outros com prazos de 30, 45 e 60 dias. Este TAC é fundamentado em legislações que incluem a Lei nº 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e Lei 12.764/2012 (Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista), entre outras normas.

O Colégio Adventista terá o prazo de 45 dias para realizar o estudo de caso de todos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados, matriculados na instituição. A promotoria aponta que a escola tem a obrigação de cumprir a legislação de forma igualitária entre todos os alunos.

A instituição de ensino tem 60 dias para elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), Plano Educacional Individual (PEI) e Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), totalmente adaptados às necessidades dos alunos com deficiências e outros transtornos globais do desenvolvimento.

Neste mesmo prazo, a promotoria estabelece que o colégio deve implantar uma sala de recursos multifuncionais, com espaço físico, mobiliário, material didático, recursos pedagógicos e de acessibilidade adequados para o atendimento educacional especializado desse grupo. Além disso, também foi reivindicado um espaço para reorganização sensorial, em caso de crise, dos educandos em questão.

A promotoria estabelece que em 30 dias, a escola deve disponibilizar um profissional o mediador de apoio, aos alunos com essa necessidade. Isso por meio de avaliação do próprio colégio ou de laudo de profissionais da equipe multiprofissional que acompanham o educando. No mesmo prazo, também deve-se oferecer Atendimento Educacional Especializado, a ser desenvolvido por profissional com especialização em educação inclusiva, no período de contraturno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De imediato, o TAC estabelece que o colégio deve se comprometer a sempre designar reunião a fim de apresentar previamente o profissional de apoio e/ou mediador, quando indicado, aos pais ou responsáveis do educando, com o objetivo de de informar as singularidades e dificuldades de cada um.

Além disso, a escola também deve garantir que os pais ou responsáveis tenham acesso total ao processo educacional, com a realização de reuniões bimestrais para avaliação do desempenho escolar do aluno. O colégio também deve estabelecer estratégias diárias para manutenção da rotina escolar, evitando alterações repentinas que possam ocasionar emoções desreguladas nesses alunos.

Caso haja descumprimento injustificado do colégio, a multa diária aplicada será R\$ 1 mil por estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que tenha seus direitos desrespeitados.

Todo valor arrecadado por meio da multa será voltado para o Fundo Municipal da Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Santarém, podendo também ser convertido em bens ou serviços que beneficiem as comunidades ou os interesses diretamente prejudicados.

A critério do MPPA, a multa poderá ser aplicada sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas que forem cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia Civil divulga imagens de dupla envolvida na morte de oficial de Justiça no interior do Pará

Clayton Mesquita, de 46 anos, foi assassinado na manhã da última quarta-feira (29), no município de Novo Repartimento



Fabyo Cruz

01.07.22 22h02



O vídeo que já havia circulado na web desde quinta-feira 930) foi confirmado pela Polícia Civil como procedente em relação ao caso (Reprodução)

A Polícia Civil (PC) divulgou, nesta sexta-feira (1º), as imagens da dupla responsável pelo latrocínio - roubo seguido de morte - do oficial de Justiça, Clayton Mesquita, de 46 anos. A vítima foi morta na manhã da última quarta-feira (29), no Bairro Aparecida, no município de Novo Repartimento, no sudoeste do Pará. Os assassinos subtraíram uma arma de fogo e um cordão de ouro do servidor público.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O vídeo divulgado pela PC hoje já havia circulado nas redes sociais desde a quinta-feira (30), entretanto, a procedência das imagens com o caso ainda não tinha sido confirmada pela autoridade policial. Segundo o delegado Robson da Silva Mendes, responsável pela investigação, ainda não se sabe qual é a identidade dos autores do crime, porém as investigações seguem em andamento.

No dia do crime, testemunhas informaram que o servidor público estava na garupa de uma moto quando foi abordado por dois homens em outra motocicleta. Ao reagir ao assalto, o servidor foi alvejado com vários tiros. Os dois suspeitos fugiram depois de levarem a arma do oficial e um cordão de ouro da vítima. Um outro motociclista, que acompanhava cleyton, não ficou ferido.

Quaisquer informações que possam ajudar na solução do caso podem ser encaminhadas ao Disque-Denúncia (181). A ligação é gratuita e pode ser feita de qualquer telefone. Também é possível mandar fotos, vídeos, áudios e localização para a atendente virtual lara, pelo WhatsApp (91) 98115-9181. Em ambos os casos, não é necessário se identificar.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação apreende 120 quilos de peixe sem documentação e inspeção sanitária no nordeste do Pará

A apreensão foi realizada por fiscais e agentes agropecuários da Adepará, e ocorreu após o lançamento da Operação Verão 2022



Fabyo Cruz

01.07.22 22h28



Segundo a Adepará, como estava em desacordo com as normas, o peixe foi apreendido e será destruído, porque não há comprovação de que esteja apropriado ao consumo (Divulgação/Adepará)

Na manhã desta sexta-feira (1º), foram apreendidos 120 quilos de peixe salgado, durante uma operação conjunta da equipe de fiscalização móvel da Regional da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) com agentes de segurança pública, em Capitão Poço, no nordeste do Pará. De acordo com o órgão, a carga estava sem a documentação sanitária exigida pela legislação de trânsito agropecuário, e não havia passado por inspeção.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo a Adepará, como estava em desacordo com as normas, o peixe foi apreendido e será destruído, porque não há comprovação de que esteja apropriado ao consumo. A apreensão foi realizada por fiscais e agentes agropecuários da Adepará, e ocorreu após o lançamento da Operação Verão 2022.

Além da Adepará, a operação mobiliza Polícia Rodoviária Federal (PRF), Corpo de Bombeiros Militar (CBM-PA), Polícia Militar (PM), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (Arcon), Departamento de Trânsito do Estado (Detran) e Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa).

A Adepará informou que participa da Operação Verão 2022 na condição de órgão de defesa sanitária, atendendo à solicitação da 1ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Capanema, no nordeste do Pará. A Operação Verão foi iniciada nesta sexta-feira em mais de 50 municípios do Pará.

Todas as ações são realizadas sob a coordenação da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), e de forma integrada com todos os órgãos do Sistema de Segurança Pública, com o objetivo de garantir aos veranistas lazer e entretenimento com tranquilidade durante o mês de julho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



PARAUAPEBAS

Cantora gospel vira ré em ação de desvio de dinheiro público

O MPPA alega que houve superfaturamento no show de Cassiane. O desvio teria acontecido no 27º Encontro das Mulheres de Parauapebas.

sábado, 02/07/2022, 21:50 - Atualizado em 02/07/2022, 21:49 - Autor: Com informações de TV Jornal



A cantora gospel Cassiane está sendo investigada pelo Ministério Público do Pará. | Reprodução YouTube

A cantora gospel Cassiane virou ré em uma ação movida pelo Ministério Público do Pará por improbidade administrativa. As acusações são de dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação dos princípios administrativos.

O MP ajuizou uma Ação Civil Pública contra seis pessoas e uma empresa de pequeno porte em 2017. Segundo o ministério, os acusados agiram para desviar dinheiro público por meio do expediente da inexigibilidade de licitação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O grupo teria realizado uma série de movimentações, “com o propósito específico de gerar prejuízo ao erário”, na realização do 27º Encontro das Mulheres de Parauapebas, no sudeste paraense..

Na época, a secretária municipal, Maria Ângela, teria determinado a contratação de três bandas para se apresentarem no evento, através de uma pessoa jurídica interposta, pelo valor de R\$ 115.750.

O Ministério Público alegou que houve superfaturamento na contratação das cantoras gospel Cassiane e Mayra Farias. Além disso, o MP diz que houve supostos desvios de dinheiro público no processo.

Em novembro de 2019, o juiz Lauro Fontes Junior, após analisar a petição inicial, decidiu que as artistas Cassiane e Mayra Farias fossem incluídas como réus no processo, aumentando para nove o número de investigados.

“Entendo que há nos autos indícios suficientes de que as duas artistas acima citadas, concorreram conscientemente na simulação dos contratos[...]”, disse o juiz.

O juiz determinou o bloqueio dos bens de vários réus do processo no valor de R\$ 115.750, para ressarcimento do valor gasto no show.

O último despacho do Juiz data de 14 de junho, ele deu um prazo de 15 dias para o Ministério Público informar o endereço atualizado da cantora gospel Cassiane. Segundo o magistrado, consta que ela não foi encontrada por duas vezes para se manifestar nos autos.

O valor da ação do Ministério Público é de R\$ 1.657.500,00 (Um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br